

RODRIGO LÓPEZ ZILIO

MANUAL
DE **DIREITO**

ELEITORAL *volume
único*

11^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2025



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

Z69dm Zílio, Rodrigo López
Manual de Direito Eleitoral - Volume Único / Rodrigo López Zílio – 11.ed., rev., atual. e
ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.

1176 p.

ISBN: 978-85-442-5836-1

1. Direito Eleitoral. I. Zílio, Rodrigo López. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1	CONCEITO e CLASSIFICAÇÃO	27
2	AUTONOMIA	29
3	FONTES DO DIREITO ELEITORAL	31
1.	Constituição Federal	31
2.	Tratados internacionais	32
3.	Lei das Inelegibilidades	33
4.	Lei das Eleições	33
5.	Lei dos Partidos Políticos	34
6.	Código Eleitoral	34
7.	Lei de Transporte e Alimentação	35
8.	Resolução	35
4	INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	39
5	PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	43
1.	Princípio democrático	44
2.	Princípio da soberania popular	44
3.	Princípio da representatividade	45
4.	Princípio republicano	45
5.	Princípio da celeridade	46
6.	Princípio da preclusão	46
7.	Princípio da isonomia	46

8.	Princípio da verdade eleitoral	47
9.	Princípio da normalidade e legitimidade das eleições	47
10.	Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral	48
6	A JUSTIÇA ELEITORAL	55
1.	Tribunal Superior Eleitoral	56
2.	Tribunal Regional Eleitoral	58
3.	Juízes Eleitorais	60
4.	Junta Eleitoral	62
5.	Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa-regulamentadora, julgadora e consultiva	63
7	O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	67
1.	Introdução	67
2.	Procurador-Geral Eleitoral	69
3.	Procurador Regional Eleitoral	69
4.	Promotor Eleitoral	70
5.	Regulamentação do ministério público eleitoral	71
8	SISTEMAS ELEITORAIS	75
1.	Sistema Majoritário	75
1.1.	Sistema majoritário de maioria simples ou relativa	76
1.2.	Sistema majoritário de maioria absoluta	76
2.	Sistema Proporcional	77
9	NULIDADES	87
1.	Introdução	87
2.	Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE	90
3.	Do art. 16-A da LE	91
4.	Da nulidade da eleição: art. 224 CE	93

10 DIREITO PARTIDÁRIO	103
1. Introdução	103
2. Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário	104
3. Criação e registro e participação na eleição	105
3.1. Criação, registro e alterações estatutárias.	105
3.2. Requisitos para participação na eleição	109
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais	116
4.1. Liberdade de criação e autonomia	116
4.2. Preceitos constitucionais	122
4.2.1. Caráter nacional	122
4.2.2. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes	122
4.2.3. Funcionamento parlamentar	122
4.2.4. Prestação de contas dos partidos políticos	123
4.2.5. Recursos do Fundo Partidário	127
4.2.6. Outros recursos	140
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	156
6. Coligação	159
7. Federação partidária	162
8. Cláusula de barreira	166
9. Fidelidade partidária	168
10. Competência	176
11 DOS DIREITOS POLÍTICOS	179
1. Introdução	179
2. Sufrágio e voto	185
3. Da capacidade eleitoral	187

12 CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA	189
1. Introdução	189
2. Alistamento eleitoral	192
3. Transferência	198
4. Segunda via	199
5. Cancelamento	199
6. Revisão do eleitorado	202
13 CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	207
14 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	209
1. Introdução	209
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF)	210
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, § 3º, II, da CF)	212
3.1. Cancelamento da naturalização	213
3.2. Incapacidade civil absoluta	215
3.3. Condenação criminal transitada em julgado	217
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	225
3.5. Improbidade administrativa	227
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF)	231
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF)	231
6. Filiação partidária (art. 14, § 3º, V, da CF)	233
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF)	248
15 CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE	251
16 INELEGIBILIDADE	253
1. Introdução	253

2.	Breve nota acerca da elegibilidade	253
3.	Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade	254
4.	Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade	255
5.	O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico	256
6.	Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro	260
7.	Aspectos materiais da inelegibilidade	261
7.1.	Na Constituição Federal	264
7.2.	Na Lei Complementar nº 64/1990	280
7.2.1.	Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010	282
7.3.	Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 ...	295
8.	Desincompatibilização	376
17	INABILITAÇÃO	379
18	PROCESSO ELEITORAL	383
19	CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	385
1.	Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções	385
2.	Prazo de realização e deliberação	388
3.	Registro em livro e ata	392
4.	Candidatura nata	394
5.	Utilização de prédios públicos	394
20	REGISTRO DE CANDIDATURA	395
1.	Generalidades: natureza jurídica, rito, candidatura coletiva e pré-candidato vs candidato	395
2.	Número de vagas e reserva por gênero	405

3.	Vagas remanescentes	410
4.	Prazo	411
5.	Documentos	411
6.	Diligências	419
7.	Substituição	420
8.	Homonímia	424
21	PROPAGANDA POLÍTICA	427
1.	Introdução	427
2.	Propaganda partidária	429
2.1.	Da propaganda partidária gratuita	430
3.	Propaganda intrapartidária	435
4.	Propaganda eleitoral	436
4.1.	Introdução: noções gerais	436
4.2.	Prazo inicial da propaganda eleitoral	443
4.3.	Propaganda extemporânea ou antecipada	443
4.4.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral	447
4.5.	Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE	447
4.5.1.	Art. 36-A, inciso I, da LE	460
4.5.2.	Art. 36-A, inciso II, da LE	461
4.5.3.	Art. 36-A, inciso III, da LE	462
4.5.4.	Art. 36-A, inciso IV, da LE	463
4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE	464
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE	466
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE	466
4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular	466
4.7.	Poder de polícia	474

4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral	483
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i>	483
4.8.2.	Propaganda em bens particulares	484
4.8.3.	Propaganda em bens públicos	488
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo	496
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado	497
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios	497
4.8.7.	Showmícios	499
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem	503
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita	505
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão	511
4.8.11.	Debates	517
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	521
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet	540
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição	572
22	DIREITO DE RESPOSTA	573
23	PESQUISAS ELEITORAIS	581
24	FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	591
1.	Introdução	591
2.	Da arrecadação	593
2.1.	Despesas de campanha. Responsabilidade	593
2.2.	Administração financeira da campanha. Informações finan- ceiras e contábeis. Responsabilidade	594

2.3.	Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções	595
2.4.	Comitês financeiros	597
2.5.	Conta bancária específica	597
2.6.	Arrecadação de recursos financeiros de campanhas	600
2.7.	Doações de recursos financeiros: formas legais	618
2.8.	Recibo eleitoral	621
2.9.	Doações: limites legais e representação por descumprimento	622
2.10.	Arrecadação de recursos de campanha..... Prazos	627
2.11.	Fontes vedadas: art. 24 da LE	628
2.12.	Recursos de origem não identificada	630
2.13.	Gastos eleitorais: art. 26 da LE	630
2.14.	Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE	636
2.15.	Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE	639
2.16.	Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido	641
3.	Prestação de contas	641
3.1.	Introdução e princípios do processo de prestação de contas	641
3.2.	Dos obrigados a prestar contas	643
3.3.	A prestação de contas parcial na internet	643
3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas	646
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos	647
3.6.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas	648
3.7.	A prestação de contas simplificada	649
3.8.	O processo de prestação de contas	650
3.9.	O julgamento da prestação de contas	651
3.10.	Da sobra de recursos financeiros	657

25 ELEIÇÃO	659
1. Introdução	659
2. Garantias eleitorais	659
3. Lei seca	661
4. Dia da eleição e abertura do comércio	662
5. Requisição da força federal	662
6. Atos preparatórios das eleições	663
6.1. Local de votação	663
6.2. Seções eleitorais	663
6.3. Mesa receptora	664
6.4. Votação	666
6.5. Apuração	669
6.6. Proclamação dos resultados	670
26 DIPLOMAÇÃO	673
1. Diplomação	673
2. Posse	676
27 CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL	677
1. Introdução	677
1.1. Breves observações sobre os procedimentos eleitorais e o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997	686
1.2. Súmula-TSE nº 62	690
1.3. Art. 23 da LC nº 64/1990	692
1.4. Dos abusos não tipificados	694
1.5. O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais	696
1.6. A aplicação subsidiária do CPC em matéria eleitoral	698
2. Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC	702

2.1.	Introdução	702
2.2.	Objetivo	703
2.3.	Competência	703
2.4.	Prazo para o ajuizamento	703
2.5.	Preclusão	704
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência	705
2.7.	Capacidade Postulatória	713
2.8.	Questões procedimentais	714
2.8.1.	Petição Inicial	714
2.8.2.	Contestação	714
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução	716
2.8.4.	Alegações	718
2.8.5.	Sentença	719
2.8.6.	Recurso	728
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED	732
3.1.	Fundamento legal	732
3.2.	Objetivo	733
3.3.	Prazo	733
3.4.	Hipóteses de cabimento	734
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral	734
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013	734
3.5.	A prova pré-constituída	741
3.6.	Competência e procedimento	742
3.7.	Legitimidade	743
3.8.	Efeitos	744
4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE	745
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal	745
4.2.	Hipóteses de cabimento	746

4.3.	Competência	755
4.4.	Procedimento	755
4.5.	Bem jurídico	772
4.6.	Prazo de ajuizamento	777
4.7.	Legitimidade	778
4.8.	Sanções	783
4.9.	Recurso e efeitos	787
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME	791
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé	791
5.2.	Objetivo	794
5.3.	Hipóteses de cabimento	794
5.4.	Preclusão	801
5.5.	Bem Jurídico	802
5.6.	Legitimidade	803
5.7.	Competência	805
5.8.	Procedimento	806
5.9.	Sanções	809
5.10.	Recursos e efeitos	811
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE)	811
6.1.	Fundamento legal	811
6.2.	Conceito: elementos de configuração	812
6.3.	Legitimados ativos	818
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta)	819
6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação)	821
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado	821
6.7.	Competência	823
6.8.	Sanções	824
6.9.	Recurso: prazo e efeitos	825

7.	Conduas vedadas	826
7.1.	Introdução	826
7.2.	Bem jurídico	827
7.3.	Legitimados	829
7.4.	Competência	831
7.5.	Sanções	832
7.6.	Procedimento	836
7.7.	Recurso: prazo e eficácia	837
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação	838
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais	840
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei nº 9.504/1997	841
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei nº 9.504/1997	893
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei nº 9.504/1997	894
7.13.	A hipótese material do art. 77 da Lei nº 9.504/1997	895
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais	898
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE	898
8.2.	Hipóteses de cabimento	899
8.3.	Para fins eleitorais	908
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas	909
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator	911
8.6.	Procedimento e competência	914
8.7.	Prazo de ajuizamento	915
8.8.	Legitimados	918
8.9.	Sanções	919
8.10.	Recurso: prazo e efeitos	920
9.	Ação rescisória eleitoral	921
9.1.	Introdução	921
9.2.	Hipóteses de cabimento	922

9.3.	Constitucionalidade	924
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade	924
28	RECURSOS	927
1.	Introdução	927
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais	927
3.	Do prazo dos recursos eleitorais	928
4.	Da prevenção	930
5.	Do prejulgado	931
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas	931
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais	932
8.	Dos embargos de declaração	934
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral	936
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	940
29	DA EXECUÇÃO DE NATUREZA CÍVEL ELEITORAL	943
1.	Introdução	943
2.	A Res.-TSE nº 23.709/2022	945
30	DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL ELEITORAL	953
1.	Crimes eleitorais: generalidades	953
1.1.	Crimes eleitorais: conceito e bem jurídico	955
1.2.	Crimes eleitorais: natureza jurídica	955
2.	Competência	956
2.1.	Aspectos gerais	956
2.2.	Conexão	957
2.2.1.	Crime eleitoral e crime federal	958
2.2.2.	Crime eleitoral e crime militar	960
2.2.3.	Crime eleitoral e crime doloso contra a vida	961

2.3.	O Juiz das Garantias no Direito Eleitoral	961
2.4.	Prerrogativa de foro	964
2.5.	Ato infracional eleitoral	974
2.6.	Crimes em “ambiente eleitoral”	974
3.	Os institutos despenalizadores no direito penal eleitoral: a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal	975
4.	O princípio da insignificância nos crimes eleitorais	978
5.	Aplicação subsidiária do Código Penal nos crimes eleitorais	979
6.	Localização dos crimes eleitorais	980
7.	Classificação e divisão dos crimes eleitorais	981
8.	Conceito de funcionário público	982
9.	A pena mínima abstrata genérica	983
10.	Causas de agravamento e atenuação em limites expressos	984
11.	As espécies de penas dos crimes eleitorais	986
12.	Crimes eleitorais e Lei de Imprensa	989
13.	Imunidade eleitoral	989
13.1.	Da audiência de custódia nos crimes eleitorais	993
13.2.	Da prisão cautelar nos crimes eleitorais	994
14.	Da gravação ambiental como meio de prova nos ilícitos eleitorais ...	997
15.	Crime eleitoral e responsabilidade penal do diretório do partido político	1000
16.	Procedimento penal eleitoral	1001
16.1.	Generalidades	1001
16.2.	Polícia judiciária eleitoral	1002
16.3.	Ação penal eleitoral	1006
16.3.1.	O arquivamento do inquérito policial eleitoral	1007
16.4.	Procedimento para os crimes apurados perante o Juiz Eleitoral	1009
16.4.1.	Da denúncia	1010

16.4.2.	Da apresentação de defesa	1015
16.4.3.	Da instrução e do depoimento pessoal	1017
16.4.4.	Das alegações finais	1019
16.4.5.	Da sentença e dos recursos	1020
16.5.	Procedimento para os crimes de competência originária dos tribunais	1024
31	CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE	1029
	BIBLIOGRAFIA	1165